SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/12/2015 - Instituto Telecom

Radiodifusores aceitam discutir inclusão de TV a cabo para atingimento da meta de 93% de digitalização dos lares

Radiodifusores aceitam discutir inclusão de TV a cabo para atingimento da meta de 93% de digitalização dos lares

Os radiodifusores não abrem mão da meta de 93% dos domicílios aptos para receberem as transmissões da TV aberta digital para desligamento do sinal analógico. Porém, estão dispostos a discutir a inclusão no universo a ser considerado na pesquisa os domicílios que acessam a programação por TV a cabo digital e dos lares híbridos (com TV a cabo e aberta), desde que ao menos dois pontos de recepção acessem a TV aberta digital.

Esses pontos foram discutidos entre representantes das emissoras de televisão e o ministro das Comunicações, André Figueiredo, na quarta-feira,9, segundo informações da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Os radiodifusores também disserem que aceitam discutir um novo cálculo que considere a margem de erro de 3% na pesquisa, em favor do atingimento da meta de 93%.

A reunião aconteceu no mesmo dia em que saíram os números da nova pesquisa em Rio Verde, município goiano escolhido como projeto-piloto do switch-off. Os resultados apontaram que 78% dos domicílios estavam aptos para a recepção do sinal digital. Contando com as casas com televisores de telas finas, esse percentual subiria para 80%. Porém, se adicionados os lares com TV por assinatura e com recepção por parabólicas, o índice atingiria 91%, portanto, dentro da margem de erro.

Os radiodifusores, no entanto, não aceitam a inclusão da TV paga por satélite nem as recepções por parabólicas, o que deixa quase inatingível a meta estipulada de 93% dos lares, na visão das empresas de telecomunicações, leitura essa compartilhada (não publicamente) pelas próprias emissoras de TV. Com relação as TVs de telas finas, os radiodifusores ressaltam que não basta ter os equipamentos necessários para a recepção digital, como o conversor integrado ao televisor, o set-top box e a antena se não estiverem instalados.

Outra exigência dos representantes das emissoras é de que um eventual desligamento do sinal analógico com percentual de digitalização inferior a 93% – que pode acontecer em Rio Verde – teria que ser autorizado, por unanimidade, pelo Gired (grupo de implementação da digitalização). O ministro André Figueiredo pode anunciar a data do switch-off do município goiano já na próxima terça-feira, 15, quando visita a cidade para início dos testes do 4G na faixa de 700 MHz, que serão realizados pela Claro.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/12/2015 - Instituto Telecom

Minicom não estenderá o prazo da consulta pública para o novo modelo de telecomunicações

O ministro das Comunicações, André Figueiredo, disse que não deve aumentar o prazo para a consulta pública de concessão sobre o novo modelo de telecomunicações. O dia 23 de dezembro segue como prazo final para o envio de propostas.

Em sua visão, o prazo de 30 dias é satisfatório e, se quisessem, as empresas teriam pedido 60 dias para apresentar as suas propostas. Até o momento, as operadoras Telefônica/Vivo e Oi contribuíram com sugestões para o novo modelo do serviço de telecomunicações no Brasil.

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional pediu, por sua vez, que o debate seja adiado para março de 2016. Proposta similar sugerida pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.BR), mas Figueiredo recordou que o órgão "participou da consulta pública". A consulta foi aberta pelo Minicom e está prevista para acabar no dia 23 deste mês. Dentre os temas abordados, o debate busca contribuições para novas definições políticas do setor, em especial para a banda larga.

Banda Larga como força econômica

Figueiredo ainda revelou que acredita no setor de telecomunicações como um dos fatores para o Brasil voltar a crescer a partir do próximo ano. Durante o almoço dos membros da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, o ministro deu ênfase a Regime Especial do Programa Nacional de Banda Larga (REPNBL).

Ele ressaltou que, entre dezembro de 2010 e agosto de 2015, o Brasil teve crescimento de 867% na banda larga móvel (de 34 milhões para 183 milhões de assinaturas) e 69% na banda larga fixa (de 15 para 25 milhões), dando um total de 208 milhões de assinatura de internet no período.

Questionado pelo MOBILE TIME sobre o programa Banda Larga para Todos do Governo Federal, que pretende levar acesso à Internet de alta velocidade para 95% da população, Figueiredo reafirmou que o cronograma deve se manter para 2018. "É ambicioso, mas vamos manter o prazo", afirmou.

Rio Verde

O ministro ainda revelou que, na próxima semana, deve decidir sobre a utilização da liberação da faixa de 700 MHz pelas operadoras de radiodifusão. O anúncio deve acontecer durante a visita ao município goiano de Rio Verde, com início dos testes do 4G da Claro na faixa a partir da próxima quinta-feira, 15.

Figueiredo afirmou que depois dos Jogos Olímpicos "haverá um calendário" para as operadoras receberem a faixa limpa. A liberação total precisa acongecer até 31 de dezembro de 2018. O ministro afirmou que está trabalhando em outra frente para diminuir a recepção do sinal analógico: dar acesso às classes C e D para a compra de smart TVs (com sinal digital), em vez da aquisição de conversores digitais.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/12/2015 - Sinttel-ES

Sinttel convoca assembleias na Oi para decidir ACT 2015/2016

O Sinttel fará assembleias para avaliação da proposta negociada com a Operadora OI, visando o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho que vigorará até novembro de 2016.

- Em Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, dia 14/12, segunda-feira às 8:30 horas, nos prédios da Oi.
- Em Vitória na Rua do Rosário às 08 horas e na Enseada do Suá às 10 horas.
- Para os trabalhadores das Lojas (Paggo) no dia 15/12, 14 horas, nas próprias lojas.

Nesta quarta-feira, dia 09/12, aconteceu mais um longo e exaustivo dia de negociação com a direção da empresa, buscando a renovação do acordo coletivo de trabalho.

Sabedores das sérias dificuldades nas negociações salariais das operadoras neste ano – onde até agora não conseguimos formatar uma proposta satisfatória de acordo com nenhuma delas, à exceção da Tim -, entendemos que, chegando no limite da negociação com os representantes da Oi, foi possível formatar uma proposta dentro do contexto de crise. Evidente que os/as trabalhadores pretendiam e mereciam mais…

No entanto, o esforço foi, parcialmente, atingido ao conseguir corrigir os principais benefícios com reajustes um pouco acima da inflação e retroativos à data-base. Se não foi possível o mesmo sucesso no percentual de reajuste salarial, o mesmo valerá para todos os/as trabalhadores/as, igualmente, independente de faixa salarial. Ainda arrancou-se um valor de abono bastante razoável através de um tíquete-extra.

Um nova conquista

A comissão de negociação conseguiu agregar um novo benefício: a folga no dia do aniversário, sem que tivesse que abrir mão de algum outro. Não há nenhum retrocesso em itens do atual acordo coletivo

No caso das Lojas, também houve um relativo sucesso. Os salários foram corrigidos pelo INPC integral e os benefícios até um pouco acima, além do que os/as empregados/as da lojas vão receber o PPR, pela primeira vez. Também vão receber o tíquete-extra.

Isso é pouco? É. No entanto, neste momento por que passa nosso país e analisando as demais negociações salariais em nosso setor, a Comissão Nacional de Negociação da Fenattel recomenda aos sindicatos filiados a APROVAÇÃO da proposta negociada com a diretoria da Oi e indica as datas para realização das assembleias para deliberação com o conjunto dos trabalhadores até o dia 17/12.

Veja a proposta negociada

Reajuste salarial de 9% (sendo 8% aplicado em 01/01 e 1% em 01/07) para todos os trabalhadores (exceto para os ocupantes de cargos executivos);

Tíquete passa a R$ R$ 30,00 em novembro;

Creche passa a R$ 435,00 em novembro;

Auxílio-medicamento passa a R$ 1.150,00 em novembro;

Antecipação de 50% do décimo-terceiro 2016 logo após a assinatura o acordo;

Antecipação de 50% do salário por conta do Placar em 08/01;

Tíquete-extra de R$ 1.300,00 logo após a assinatura do acordo;

Um benefício novo que será a Folga no Dia do Aniversário;

Avaliação para um ajuste nos valores das diárias;

Manutenção das demais cláusulas do atual acordo coletivo de trabalho.

Com relação aos/às trabalhadores/as das Lojas, ficou assim a proposta

Reajustar todos os salários em 10% em janeiro;

Tíquete passará a R$ 21,00 retroativo a novembro;

Creche passa a R$ 210,00 retroativo a novembro;

Auxílio-medicamento vai para R$ 360,00 retroativo a novembro;

Antecipação de 50% do décimo-terceiro 2016 logo após a assinatura do acordo;

Antecipação de 30% do salário por conta do PPR logo após a assinatura do acordo;

Tíquete-extra de R$ 250,00 logo após a assinatura do acordo;

Manutenção dos demais itens do atual acordo.

Histórico da reunião no dia 09/12

Foram quase doze horas de intenso trabalho . Desde às 9 horas, a Comissão Nacional de Negociação da Fenattel forçou a barra a partir de contraproposta dos/as trabalhadores/as apresentada na noite do dia anterior. Mas a resposta da empresa só conteve alguns discretos avanços, ainda muito longe de um entendimento:

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Reajuste salarial de 6% em janeiro para todos os trabalhadores;

Tíquete reajustado em 6% em dezembro;

Auxílio-creche de R$ 435,00 em dezembro;

Adiantamento do décimo-terceiro de 2016 em 29/01;

Manutenção das demais cláusulas do atual acordo coletivo.

Com relação ao pessoal das Lojas (Paggo), também ocorreram alguns avanços (principalmente a confirmação da tendência do PPR deles, em torno de 1,2 salários em todos os estados), o que configura o pagamento pela primeira vez, mas no geral ainda foi uma proposta que a Comissão Nacional de Negociação da Fenattel considerou bem tímida:

Reajuste salarial de 6,5% em janeiro;

Tiquete de R$ 20,50 em dezembro;

Auxílio-creche de R$ 205 em dezembro;

Auxílio-medicamento de R$ 350 em dezembro;

Adiantamento do PPR em 30% do salário em dezembro.

Nas duas situações, REJEITOU-SE e insistiu-se na necessidade da reposição integral do INPC (10,3%) nos salários, bem como nos benefícios, assim como na retroatividade no mês de novembro. No caso das Lojas, além disto acima, reivindicou-se o tíquete para R$ 22 em novembro; a creche no valor de R$ 210 também em novembro; o auxílio-medicamento para R$ 400, bem como a antecipação de metade do décimo-terceiro e de meio salário por conta do PPR, ainda este mês.

Após uma pausa para o almoço, retomou-se os trabalhos, com os representantes da empresa propondo um reajuste de 6,5% para os salários em janeiro; reajustar os tíquetes para R% 30,00 em dezembro; o auxílio-creche para R$ 435,00 em dezembro; antecipação de metade do décimo-terceiro em 15/01; E tíquete-extra de R$ 500,00.

Por mais uma vez, a resposta da empresa ficou abaixo do que entendeu-se possível. Então REJEITOU-SE novamente, tanto para as Lojas, quanto para os/as trabalhadores/as diretos da Oi. Assim, os representantes da empresa solicitaram uma pausa e, após algum tempo, retornaram com uma nova contraproposta:

Reajuste salarial de 7,5% em janeiro;

Tíquete de R$ 30,00 em novembro;

Creche de R$ 435,00 em novembro;

Auxílio-medicamento passando a R$ 1.150,00 em novembro;

Antecipação do décimo-terceiro salário em 5 dias após assembleia;

Antecipação de metade do salário referente ao Placar em 15/01;

Tíquete-extra de R$ 625,00.

Tornou-se a REJEITAR a proposta por entendê-la insatisfatória e apesar das dificuldades que todos enfrentam nas negociações salariais com as demais operadoras de telecom, não houve acordo que o ônus da crise seja colocado no colo da classe trabalhadora. Assim, buscando fugir ao impasse, a Comissão Nacional de Negociação da Fenattel fez a seguinte proposição:

Com relação aos trabalhadores diretos da Oi:

Reajuste salarial de 8% em novembro e 2,3% em fevereiro para todos;

Tíquete de R$ 31,00 em novembro;

Creche de R$ 450,00 e dezembro;

Adiantamento de metade do décimo-terceiro salário em 20/12;

Adiantamento de 70% do salário pelo Placar em 04/01;

Tíquete-extra de R$ 800,00;

Auxílio-medicamento de R$ 1.200,00

Reajuste no valor das Diárias.

Houve mais um intervalo e ao dos representantes, tratou-se apenas dos pontos referentes aos 2.200 trabalhadores das Lojas, buscando encontrar um ponto de equilíbrio para renovar primeiro este acordo, para, em seguida, o mais complexo e difícil, que era o da Oi. Então, diante da intransigência patronal passou-se a discutir e formular uma nova contraproposta que pudesse significar uma alternativa ao malogro da negociação:

Reajuste salarial de 9% em dezembro;

Tíquete de R$ 30,50 em novembro;

Creche de R$ 435,00 em novembro;

Auxílio-medicamento de R$ 1.150,00 em novembro;

Adiantamento do décimo salário logo após a aprovação em assembleia;

Adiantamento de 60% do salário em 04/01 como Placar;

Tíquete-extra de R$ 1.900,00;

Mudança de data-base para 01/09;

Discussão à parte com o Sinttel-PR das questões específicas dos aposentados;

Criação do benefício de folga no dia do aniversário do trabalhador.

Os representantes da empresa solicitaram uma nova pausa para avaliar nossa proposta e refazer números. Após várias outras discussões e debates entre as partes, já por volta das 21h, foi apresentada como proposta limite para a renovação do atual acordo coletivo de trabalho.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

VIVO

Vivo adia a implantação do "Be Flex" e oferece uma *merreca* a mais no abono

Sinttel convoca assembleia para 2ª feira, dia 14, às 17 horas

Depois de ter a proposta de ACT 2015/2016 rejeitada em 12 dos 19 estados do Brasil, a Vivo enviou correspondência à Fenattel fazendo uma contraproposta para ser avaliada pelos/as trabalhadores/as.

A empresa não melhora os reajustes e nem os benefícios, porém fez uma mudança, adiando para maio do ano que vem a implantação do monstrengo denominado BE FLEX que altera significativamente o modelo do plano de saúde existente na /Vivo.

A empresa também aceita criar uma comissão com a participação dos/as empregados/as para acompanhar e propor mudanças nesse modelo que ela vai implantar. E para realmente não parecer imperceptível, aumentou uma merrequinha no abono do auxílio-alimentação.

Ou seja, se mudou alguma coisa é quase invisível. Porém, como o processo negocial tem esse rito, o Sinttel vai levar a proposta, mesmo que medíocre, para saber o que os/as empregados/as querem..

É importante lembrar que a proposta de Acordo Coletivo da Vivo/GVT é uma das piores para os/as trabalhadores/as, juntamente com a do Grupo Claro. Impõe precarização sob a necessidade de aproximação gradual das cláusulas dos acordos coletivos. Essa aproximação gradual significa nivelar os benefícios em ambas as empresas, reduzindo as conquistas nos acordos coletivos da Vivo e GVT. Na Claro/Embratel vem acontecendo a mesma coisa, sob o mesmo argumento.

Além de tudo isso, a proposta da Vivo não oferece reposição integral das perdas salariais e prevê, a partir da fusão com a GVT, categorias distintas numa mesma empresa.

Em 12 estados, essa proposta está sendo levada para avaliação das assembleias.

O Sinttel nem colocaria essa proposta em votação, uma vez que as mudanças não trazem nenhum avanço. Mas assim como a Comissão de Negociação da Fenattel, o Sinttel defende que somente os/as trabalhadores/as é que podem decidir.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/12/2015 - VERMELHO

Claudio Mota: Mídia esquece escândalos do PSDB/DEM: R$ 109,9 bilhões

Se há polêmica, nada melhor do que um tira-teima, especialmente sobre a corrupção, tema atual do Brasil, observando o montante de dinheiro público desviado nos casos que envolvem os principais partidos que disputam o poder no país no período mais recente da nossa história: PT e PSDB. Sem esquecer o mensalão do DEM.

Pelos números divulgados via imprensa e estabelecidos nas ações calculadas pelo Judiciário desde a década de 1990, o PSDB/DEM ganha de goleada: R$ 109,9 bilhões, contra R$ 20,1 bilhões do PT. O valor aqui engloba o mensalão (R$ 130 milhões, segundo a Wikipédia, e R$ 73 milhões, de acordo o ex-ministro do STF Joaquim Barbosa) e o caso Petrobras (R$ 6,1 bilhões, referentes à Lava Jato, mas de acordo com o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da operação, mas pode superar R$ 20 bilhões, por conta do lucro ilícito que as empresas receberam com superfaturamento de contratos).

No comparativo, os valores em dólar foram transformados em reais, com a cotação de R$ 3,80. Resgatar o tema é pertinente porque a discussão sobre corrupção mobiliza as atenções do noticiário, embora o pedido de impeachment da presidenta Dilma se apoie na chamada pedalada fiscal. Aliás, questionado por juristas renomados do Brasil e até políticos tucanos, como o senador Tasso Jereissati.

Quando a grande imprensa esquece outros casos, observamos que a luta política define os critérios de avaliação dos casos de corrupção no Brasil. Vemos julgamento e punição para quem foi acusado de desviar menos dinheiro público, enquanto quem praticou mais corrupção está livre.

Se a grande mídia faz sua agenda setting focando no PT, é importante lembrar o período em que o país foi dirigido pelo PSDB, com apoio do DEM.

Privatizações: prejuízo de R$ 103,751 bilhões

O país teve um prejuízo de pelo menos R$ 103,751 bilhões com as privatizações do patrimônio público, dado a preço de banana a grandes grupos privados, durante o governo FHC. Segundo matéria do jornal Folha de S. Paulo, de 5/12/1999, resgatada pela Fundação Perseu Abramo em seu site, o ganho sobre o patrimônio líquido das empresas privatizadas foi de apenas US$ 17,865 bilhões (R$ 67,887 bilhões). Já o total de benefícios concedidos aos compradores foi de US$ 45,168 bilhões (R$ 171,638 bilhões): US$ 15,919 bilhões em créditos tributários (escândalo pouco conhecido da população e que explicamos a seguir); US$ 8,958 bilhões de "moedas podres" (títulos que foram esquentados e que, como o nome diz, não tinham quase nenhum valor de mercado) e US$ 20,289 bilhões em financiamentos concedidos antes e depois das privatizações.

Mensalão do PSDB: desvio de R$ 496 milhões

Aqui temos investigações ocorrendo há mais de 10 anos e processos na Justiça há cinco. De acordo com a Polícia Federal, no mensalão tucano seis empreiteiras doaram R$ 8,2 milhões para a campanha de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), sem declarar à Justiça Eleitoral, obrigatório por lei. O jornal Folha de S. Paulo revelou que essas seis empresas receberam R$ 296 milhões em pagamentos por obras na gestão governador eleito.

De acordo com o jornalista Paulo Moreira Leite, o esquema abastecia as agências de Marcos Valério (preso no chamado mensalão do PT), com recursos do Visanet para ajudar a pagar as contas da campanha de 1998 do PSDB. A CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) dos Correios apontou que o esquema tucano levantou mais R$ 200 milhões.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Metrô de São Paulo: desvio de R$ 425 milhões

O dinheiro desviado foi de, pelo menos, R$ 425 milhões, segundo reportagem da IstoÉ, publicada pela Carta Maior. O Caso envolve a Alstom, multinacional francesa que teria subornado políticos ligados ao governo paulista de Geraldo Alckmin para ganhar o contrato da expansão do metrô de São Paulo, e a Siemens, empresa que admitiu ter formado cartel com outras 13 para fraudar as licitações dos metrôs da cidade paulista e do Distrito Federal.

Pasta Rosa: desvio de R$ 9,12 milhões

Acontece um 1995, envolvendo US$ 2,4 milhões de dólares (R$ 9,12 milhões). Uma auditoria no então Banco Econômico encontrou um dossiê com documentos que indicavam a existência de um esquema ilegal de doação eleitoral. Envolvia a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e Antônio Calmon de Sá, dono do banco. O esquema apontava a distribuição ilegal desse dinheiro a 45 políticos que se candidataram nas eleições de 1990, entre eles José Serra (PSDB), Antônio Carlos Magalhães (antigo PFL, hoje DEM) e José Sarney (PMDB).

Caso Sivam: prejuízo de R$ 5,3 bilhões

Escândalo estourou em 1995 e envolveu denúncias de corrupção e tráfico de influência na implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia. A empresa norte-americana Raytheon arrematou, sem licitação, o contrato de US$ 1,4 bilhão (R$ 5,3 bilhões).

Mensalão do DEM: desvio de R$ 739,5 milhões

O desvio foi R$ 739,5 milhões, calculado pela ação do Ministério Público (MPDF). Foi descoberto em 2009, pela Polícia Federal. Entre outras acusações está a "exigência de vantagem indevida" (propina) ao ex-governador José Roberto Arruda. Segundo o MPDF, é referente à compra de apoio parlamentar no Distrito Federal, por Arruda, que integrava os quadros do DEM.

Somando todos os valores, encontramos um total de R$ 109.981.120.000,00, enquanto o que a grande imprensa chama de "maior escândalo de corrupção da história", envolveu em trono de R$ 20,130 bilhões.

14/12/2015 - Vermelho

Bolsa Família é destaque em relatório do Pnud

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) divulgou nesta segunda-feira (14) relatório que mostra que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro continua crescendo, alcançando a pontuação 0,755. Desde o ano 2000, o IDH do país cresceu 10,5%.

Desde o ano 2000, o IDH do país cresceu 10,5% e o Bolsa Família é apontado como responsável por este resultado.Desde o ano 2000, o IDH do país cresceu 10,5% e o Bolsa Família é apontado como responsável por este resultado. O estudo Relatório de Desenvolvimento Humano 2015 - Trabalho para o Desenvolvimento Humano destaca a importância do Bolsa Família para o país atingir este resultado e cita como exemplo a ser replicado por outros países. "O relatório reconhece a importância dos programas sociais, justamente, porque eles proveem um piso de proteção social que funciona nestes momentos de acidentes de percursos e de crise", explica a coordenadora do relatório do Brasil, Andréa Bolzon.

O programa de complementação de renda, segundo o relatório, teve efeito na queda do Índice de Pobreza Multidimensional, que considera, além da renda, as condições de saúde, educação e padrão de vida. De 2006 a 2014, o índice teve redução de 27,5%, passando de 4% para 2,9% de brasileiros nesta condição. E apenas 0,4% se encontram ainda em pobreza multidimensional crônica.

"O Bolsa Família tem permitido um aumento na taxa de emprego da população economicamente ativa, uma redução das taxas de inatividade e de informalidade, um aumento da proporção de trabalhadores contribuindo para a seguridade social e um aumento no salário médio na ocupação principal", ressalta a publicação, ao afirmar que o programa venceu as preocupações iniciais de que as transferências de dinheiro para pobres podiam diminuir a oferta de trabalho e taxa de emprego.

Leia mais em:

http://www.vermelho.org.br/noticia/274109-1